

REQUERIMENTO LEGISLATIVO Nº 26, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2026.

DOMINGOS SÁVIO DO NASCIMENTO (PRD) E ANTÔNIO NARCELIO DOS SANTOS (PC do B), Vereadores com assento nesta Casa Legislativa, amparado pela Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara, vêm apresentar requerimento para ser discutido e deliberado pelo Pleno desta Casa e, após, encaminhado ao Chefe do Poder Executivo.

SOLICITA AO EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DOS PRECATÓRIOS DO FUNDEF, DO REAJUSTE SALARIAL DOS PROFESSORES, DO REAJUSTE DO ACESSO DOS PROFESSORES, BEM COMO DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DA CATEGORIA.

JUSTIFICATIVA

A presente iniciativa parlamentar encontra amparo no dever constitucional de fiscalização atribuído a esta Casa Legislativa, que deve zelar pela transparência e pela correta aplicação dos recursos públicos, especialmente aqueles vinculados à educação municipal. É fundamental que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Educação, apresente um posicionamento oficial e detalhado sobre o estágio em que se encontram os **precatórios do FUNDEF**. Tais recursos são essenciais para a valorização dos profissionais do magistério e sua correta destinação é uma exigência legal e social que não admite dubiedades.

Além da questão dos precatórios, a categoria dos professores aguarda definições concretas a respeito do **reajuste salarial** e da atualização do **reajuste do acesso**, elementos vitais para a manutenção do poder de compra e para a justiça funcional desses servidores. A evolução na carreira não pode ser vista apenas como um custo administrativo, mas como um investimento direto na qualidade do ensino de Santana do Acaraú. Portanto, a ausência de informações precisas sobre esses cronogramas de pagamento e reajuste gera uma insegurança que prejudica o ambiente educacional e o planejamento pessoal de dezenas de famílias.

Por fim, ressalta-se a urgência na discussão e transparência sobre o **Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR)** da categoria. O pleno conhecimento sobre o andamento administrativo de sua revisão e implementação é um direito assegurado aos docentes, permitindo que o diálogo entre o governo municipal e os representantes dos professores ocorra de maneira produtiva e baseada em dados reais. Atender a este pedido de informações é, acima de tudo, um ato de respeito à transparência pública e um compromisso com o futuro da educação em nosso município.

Paço da Câmara Municipal de Santana do Acaraú/CE, em 16 de fevereiro de 2026.


DOMINGOS SÁVIO DO NASCIMENTO
Vereador pelo PRD


ANTONIO NACELIO DOS SANTOS
Vereador pelo PC do B